

# FORMAS ESPACIAIS E PAPÉIS URBANOS: AS NOVAS QUALIDADES DA CIDADE E DO URBANO<sup>1</sup>

MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO

Departamento de Geografia  
UNESP – Presidente Prudente  
Pesquisadora do CNPq  
mebsposito@gmail.com

## RESUMO

A análise das relações entre formas espaciais e papéis urbanos é realizada neste artigo, a partir das relações e distinções entre a cidade e o urbano. São valorizadas as determinações contemporâneas do processo de urbanização que redefinem as formas de expansão territorial das cidades e os conteúdos e práticas socioespaciais atinentes ao urbano. As articulações e diferenças entre três pares de qualidades do processo de urbanização e das cidades são a base da análise: transição e transitório, extensão e intensidade, mobilidade e imobilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formas Espaciais. Papéis Urbanos. Urbanização Difusa. Cidades Dispersas.

SPATIAL FORMS AND THE ROLES PLAYED BY CITIES: THE NEW QUALITIES OF THE CITY AND THE URBAN

## ABSTRACT

This paper examines the relations between spatial forms and the roles played by cities, considering the difference between the city and “the urban”. The author emphasizes the contemporary determinations of the urbanization process which redefine the forms of the territorial expansion of cities and the social-spatial contents and practices regarding the urban space. The articulations and

---

<sup>1</sup> Texto elaborado para o XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Brasília, 2009, para participação em mesa redonda sobre o tema Novas Formas Espaciais e Novos Papéis Urbanos.

differences between three pairs of qualities of the urbanization process as well as of the cities constitute the framework of the analysis: transition and transitory, extension and intensity, mobility and immobility.

**KEY WORDS:** Spatial Forms. Urban Roles. Diffuse Urbanization. Sprawling Cities.

O tema proposto para debate, nesta mesa, não é novo, quando se avalia o conjunto significativo de aportes que têm sido elaborados para enfrentá-lo. Sem ser exaustiva na compilação do que já vem sendo feito, basta lembrar os esforços de elaboração de novas perspectivas conceituais: urbanização e cidades dispersas<sup>2</sup> (MONCLÚS, 1998, 1999; FONT, 2007; REIS Filho, 2006, 2007), urbanização e cidades difusas (MONCLÚS, 1998; INDOVINA, 1997; FONT, 2007; DEMATTEIS, 1998; DOMINGUES, 2007, SECCHI, 2007), difusão reticular (DEMATTEIS, 1998); rururbanização (CHARRIER, 1970; BAUER e ROUX, 1976), cidade pós-moderna (AMENDOLA, 2000), cidade informacional (CASTELLS, 1999), novas formas de assentamento humano e organização regional da vida urbana (GOTTDIENER, 1993), metápolis (ASCHER, 1995), edge cities (GARREAU, 1991), cidades-região (SOJA, 2006; SCOTT et al, 2001)<sup>3</sup>, pós-metrópoles e exópolis (SOJA, 2008); tecnópolis (CASTELLS e HALL, 1994) etc.

Algumas dessas novas terminologias, porque nem todas têm caráter conceitual, privilegiam o enfoque dos novos conteúdos ou papéis dos espaços urbanos, outras privilegiam as formas produzidas, sejam elas adjetivadas como urbanas ou não; alguns autores tratam a temática da extensão dos tecidos urbanos de forma central, outros enfocam essa dinâmica de forma secundária. O fundamental, parece-me, é destacar o quanto esse processo vem chamando a atenção dos autores, já que as citações feitas no parágrafo anterior estão longe de ser exaustivas no que concerne a essa análise.

Ainda assim, essa problemática continua, a meu ver, oportuna e instigante, porque muitos dos pontos de vista, a partir dos quais ela poderia ser tratada,

<sup>2</sup> Gottdiener (1993, p. 16) refere-se, na introdução de seu livro, à atual forma dispersa da cidade, sem adotar os conceitos de urbanização dispersa ou cidade dispersa.

<sup>3</sup> Em 1915, Geddes (1994) já utilizara a expressão regiões urbanas para tratar dos processos de expansão e lançando, neste mesmo livro, o conceito de conurbação.

não estão, ainda, esgotados e/ou não refletem, nos debates realizados, avanços suficientes para que possamos ter mais respostas que perguntas. De fato, as dúvidas, tanto no plano teórico-conceitual quanto no plano metodológico, parecem-me superar, em muito, os avanços já alcançados<sup>4</sup>.

Para oferecer alguma contribuição a essa reflexão, organizo este texto em cinco seções. Na primeira, trato de apresentar um quadro geral, a partir do qual procuro caracterizar o escopo das alterações mais recentes observadas na constituição das formas urbanas.

Nas três seções seguintes, proponho-me a analisar a temática em pauta, a partir de algumas qualidades da cidade, buscando pensar se é possível ou não, ao se estabelecer a dialética entre formas e papéis urbanos, apreender o movimento do conjunto das práticas socioespaciais. Farei isso a partir de três perspectivas diferentes, tomando-se a redefinição de qualidades que são, historicamente, observadas em relação à cidade e ao seu entorno.

Em seguida, para fechar o texto, na seção cinco, discuto o caráter das discontinuidades, tanto aquelas observadas na cidade, como as que podemos apreender do ponto de vista urbano, considerando-se as redefinições decorrentes das articulações contemporâneas entre formas espaciais e papéis urbanos.

## A CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

Destaquei, na introdução a este texto e em outra publicação (SPOSITO, 2009) que diferentes autores têm chamado a atenção para o fato de que há mudanças significativas nas formas de assentamento humano. Já frisei (SPOSITO, 2009) que, em 1935, quando visitou os Estados Unidos, Le Corbusier surpreendeu-se com a dinâmica de suburbanização, impulsionada pelo uso residencial do espaço, que se delineava em Nova York, uma vez que “a idéia de descentralização era o contrário de todas as teorias urbanas e [ele] não as aceitava” (RYBCZYNSKI, 1996 p. 168).

Essa tendência estadunidense iniciara-se no século XIX, embora tenha crescido muito no pós Segunda Guerra Mundial, como destacou Gottdiener (1993, p. 11-16). Outros autores, como Monclús, também encontram no século XIX o início desse movimento. Este autor frisa as especificidades do que

<sup>4</sup> Portas (2007, p. 54), tratando das mudanças em pauta, chama atenção para “... as dificuldades em perceber e comunicar as dimensões destes ‘fenômenos’; as dificuldades em avaliar as tendências mais controversas em acto”.

vem ocorrendo mais recentemente, chamando atenção para o aparecimento de “novas periferias”:

As últimas inovações tecnológicas unidas a complexas mudanças de caráter econômico e social estariam dando como resultado uma ruptura generalizada nas pautas de localização de praticamente todos e cada um dos elementos que compõem as aglomerações urbanas por distintas que elas sejam (MONCLÚS, 1998, p. 8, tradução nossa).

Trata-se de uma multiplicidade de novas formas de produção do espaço urbano, decorrentes das novas localizações industriais, das novas formas de *habitat* e das novas escolhas locais das empresas comerciais e de serviços. Esses espaços produzidos podem incluir tanto a incorporação de áreas rurais ao tecido urbano, como iniciativas de refuncionalização de parcelas de terra que já haviam sido incorporadas à cidade, em outros momentos e para outros usos. É importante destacar que estamos nos referindo à constituição de novos ambientes de vida urbana, que expressam e condicionam as novas formas de expansão dos tecidos urbanos e as novas práticas socioespaciais.

Gottdiener, quando lançou seu livro em 1985<sup>5</sup>, já destacava que:

Os atuais padrões de desenvolvimento e suas implicações sociais, econômicas e políticas foram registrados, mas os cientistas urbanos pouco avançaram no caminho de seu entendimento. Qualquer livro de sociologia urbana, por exemplo, revelará que a ‘cidade’ constitui a forma de assentamento urbano, que a ‘urbanização’ envolve a concentração de pessoas dentro de áreas limitadas e que existem ‘diferenças’ entre o ‘modo urbano de vida’ e sua contrapartida ‘suburbana’ ou ‘rural’. Apesar de obsoletos, esses conceitos continuam sendo o foco central dos textos urbanos, mesmo que a maioria dos americanos esteja vivendo, desde a década de 1970, em áreas metropolitanas polinucleadas, fora da cidade central (GOTTDIENER, 1993, p. 15, grifo nosso).

Ao nos atermos às formas urbanas produzidas, uma marca importante tem sido a da tendência à descontinuidade dos tecidos urbanos, por meio do parcelamento de terras rurais para finalidade urbana, loteamentos esses estabelecidos a certa distância das áreas urbanas já constituídas, gerando uma ruptura na unidade territorial das cidades. Esse processo, o de implantação de novas áreas urbanas em descontínuo às já existentes, é acelerado pelas possibilidades de aglomeração urbana de cidades que se originaram independentemente, cujas

<sup>5</sup> The social production of urban space, editado pela University of Texas Press.

interações espaciais cotidianas se avolumaram à medida que se ampliaram as possibilidades de transporte coletivo e individual.

Lefebvre (1999, p. 17, grifo do autor), em 1970, já destacava que: “tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, ‘tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações de predomínio da cidade sobre o campo”.

É essa a perspectiva que adotamos neste esforço de articular novas formas espaciais a novos papéis urbanos, ou seja, enfoque que procura partir das formas para se chegar a apreender os conteúdos, observando como a morfologia é sempre forma e conteúdo ao mesmo tempo.

O fato é que a alteração nas formas urbanas tem causado toda sorte de reação. Entre os pesquisadores não é incomum certa nostalgia, em relação ao ideal de cidade que havia se constituído com a Modernidade. Secchi (2007, p. 123-124, grifo nosso) destaca:

O fragmento nos embaraça. A história da cidade moderna, como de toda a modernidade, entre o Renascimento e o século vinte, foi dominada pela figura da continuidade, uma figura que agiu como um tipo de metafísica influente sobre todo o pensamento ocidental e que teve uma de suas maiores expressões e representações na unificação linguística da metrópole do século XIX.

Domingues (2007, p. 217) também frisa o conjunto de indagações que a cidade contemporânea nos propicia:

Essa cidade centrífuga [...] coloca-nos grandes problemas de análise. Toda a tradição urbana recente, bem como a longa história das cidades, não nos fornece pistas nem modos de entendimento suficientes para um território que é expansivo, colocando-se dessa forma contra aquela idéia implosiva da cidade densa, limitada, agora a lidar com um artefato urbano que não tem limites fixos, ou pelo menos, que não tem limites claros. Os objetos fluidos são sempre muito difíceis de se analisar, assim como a estrutura urbana, que é policêntrica.

No que se refere à Europa, Secchi, procurando sintetizar diferentes posições relativas às novas relações entre sociedade, economia e território, faz referência a duas visões, tanto no que concerne à interpretação sobre o que estamos presenciando desde a segunda metade do século XX com maior intensidade, quanto sobre o projeto de futuro para as cidades. Assim ele se refere a elas:

Elas constróem um tipo de linha divisora, da qual são gradualmente levadas a se afastar em direções extremas. Um propondo a cidade entre o século XVIII e o XIX, parcialmente revisitada, como a melhor forma de cidade produzida

pela cultura europeia. A outra, procurando transferir dentro da nova paisagem urbana as imagens que novas técnicas visuais nos consentem produzir e de contínuo separar, modificar, distorcer [sic], sobrepor, contaminar e transformar. Uma reafirmando o valor da continuidade, do enraizamento, da persistência e da permanência no contexto espacial e temporal, contestando portanto a hipótese da possibilidade de uma ruptura. A outra reafirmando o oposto, o valor radical e libertador da inovação, da mudança, e da incerteza do que vem percebido com tal (SECCHI, 2007, p. 126).

O autor não trata da continuidade considerando apenas a dimensão das formas urbanas, mas elas têm tido papel fundamental na conformação das novas paisagens urbanas, das visões que sobre elas se elaboram e das práticas sociais que delas decorrem. Embora ele tenha tomado como referência a Europa, onde o peso do passado urbano tem um papel diferente do que aquele observado na urbanização que se processou no continente americano, para colocar foco em nossa realidade, há níveis de generalização que são aceitáveis, quando observamos os processos e as dinâmicas contemporâneos que orientam a produção do espaço urbano.

Meu interesse tem sido o de frisar o quanto essas mudanças são universais. Ao contrário do que se pensou num primeiro momento, são dinâmicas e processos que não são restritos aos países de economia capitalista avançada e, tampouco, aos espaços metropolitanos, embora tenha sido nesses espaços que eles, primeiramente, ocorreram, bem como é neles, que se constituem com níveis de complexidade mais acentuados.

Observa-se que cidades de diferentes tamanhos populacionais e de diversas importâncias na rede urbana têm conhecido essas transformações, ainda que a magnitude das mudanças varie entre elas, no que se refere à quantidade e a qualidade que se experimenta.

Reitero (SPOSITO, 2009) que Bernardo Secchi (2007, p.113) convidou-nos a mudar de óculos para compreender a “cidade contemporânea e seu projeto”. Considero seu desafio importante, uma vez que contém uma questão de fundo: há algum consenso sobre o fato de que as novas formas espaciais possam ser qualificadas de formas espaciais urbanas?

Este autor frisa que:

Com efeito, a dispersão da cidade, antes nas suas periferias, depois ao redor delas e, depois ainda, na cidade difusa, é o que aumenta vertiginosamente a diversidade das situações: a cidade, a cidade difusa principalmente, é ao mesmo tempo, concentração e reinvenção de suas partes mais antigas, modificação

das partes modernas, densificação em rarefação, produção de novos lugares centrais de densidade, de proximidade e de distanciamento, de distância e de separação (SECCHI, 2007, p. 118).

Assim, sem adotar uma oposição entre concentração e dispersão, entre continuidade e descontinuidade, entre unidade, dispersão e difusão urbana, é preciso tratar das dinâmicas que se tornam prevalentes para reconhecer se as mudanças constituem verdadeiras transformações na cidade e no processo de urbanização ou se tratam de alterações que não conformam rupturas significativas.

Como destacado, estamos diante da questão concernente à pertinência de se continuar ou não a conceituar como cidade essas novas formas espaciais mais extensas, mais dispersas e muitas vezes descontínuas. Em função disso, começo pela ideia de Viala (2005, p. 106, tradução nossa) que, ao se referir à cidade, destaca:

A designação de suas qualidades substitui a sua definição. Antes de ser uma grande ou uma pequena cidade, antes de ser do norte ou do sul, antes de ser uma cidade marcada por um passado industrial ou uma “ville nouvelle”, antes de colocar em destaque seu potencial tecnológico ou turístico, a cidade é<sup>6</sup>.

Tal levaria, segundo ele, a buscar revelar a dimensão total da forma da cidade à prova de sua realidade urbana. Para avançar nessa direção, trato das relações entre formas urbanas e papéis urbanos, nas três secções seguintes, a partir da redefinição de qualidades que sempre associamos à cidade e ao urbano. Nesse sentido, faço um esforço para caracterizar o que há de singular, no período atual, ainda que muito do que destacaremos não seja propriamente novo, mas apenas ganhou posição central nas formas de produção contemporâneas do espaço urbano.

## DA TRANSIÇÃO AO TRANSITÓRIO

As franjas urbanas ou os espaços periurbanos são, muitas vezes, caracterizados como espaços de transição.

A adoção dessa expressão parece-me adequada, quando tomamos como referência a maior parte das dinâmicas de expansão territorial urbana que orien-

<sup>6</sup> La désignation de ses qualités se substitue à sa définition. Avant d’être une grande ou une petite ville, avant d’être du nord ou du sud, avant de mettre en avant son potentiel technologique ou son aura touristique, la ville est.

taram o crescimento do tecido urbano e levaram à conformação desses espaços marcados pela retração dos usos de solo rural e ampliação dos usos de solo urbano, bem como pela combinação entre eles.

Essa sucessão e mescla de usos não significavam ausência de contradições, uma vez que os tempos da cidade e as práticas socioespaciais nela originadas impunham, como ainda impõem, no modo capitalista de produção, alterações nos tempos e nas práticas rurais.

Também podemos considerar as mudanças decorrentes da retração da atividade industrial, que resultam do relativo esgotamento das formas fordistas de produção, que orientaram a reestruturação das plantas urbanas e a realociação das atividades produtivas, muitas vezes distantes das unidades de gestão, gerando centralização industrial, no plano econômico e espacial, e desconcentração espacial, no plano da atividade produtiva. Essas mudanças que remontam às três últimas décadas, também, geram áreas de transição, a partir de diferentes ordens, desde as relativas à produção capitalista do espaço urbano, até às de natureza mais social, quando o poder público se ocupa de promover a refuncionalização dessas áreas para constituir algum mercado de trabalho novo ou uso de solo portador de significado relevante.

Tratando desse tema, Ambrosino e Andres (2008, p. 37-38, tradução nossa) destacam:

Face às pressões fundiárias que se exercem hoje sobre os territórios urbanos, todo espaço é julgado livre e devolvido à reconstrução da cidade. Nesse contexto, a reinserção dos espaços *en friche* participa das dinâmicas da cidade. A *friche* não é um fenômeno exclusivamente contemporâneo, o abandono pontual ou mais massivo de espaços de atividades (econômicas) ou de *habitat*, suas transformações funcionais ou ainda a reutilização de parcelas antes edificadas, pontuaram a história das cidades.<sup>7</sup>

O que haveria, então, de novo?

Como a maior parte das dinâmicas que orientavam essa ampliação da cidade, alterando os usos de solo rurais ou industriais de seu entorno, ocorriam de modo mais gradual, a situação de transição era notória. Havia um tempo de

<sup>7</sup> “Face aux pressions foncières qui s’exercent aujourd’hui sur les territoires urbains, tout espace jugé libre est dévolu à la reconstruction de la ville elle-même. Dans ce contexte, la réinsertion des espaces en friche participe des dynamiques de la ville. Certes, la friche n’est pas un phénomène exclusivement contemporain, l’abandon ponctuel ou plus massif de lieux d’activités ou d’habitat, leurs transformations fonctionnelles ou encore la réutilisation de parcelles auparavant bâties, ont ponctué l’histoire des villes.”

convivência (insisto não pacífica, mas plena de contradições), entre diferentes interesses econômicos, diferentes práticas socioculturais e, sobretudo, diferentes formas de uso do tempo e do espaço, que auxiliavam, em medida sempre relativa, a que houvesse um processo de passagem de uma situação à outra.

Nessas circunstâncias, os conceitos de suburbanização ou de periurbanização<sup>8</sup> faziam todo sentido, quando se tratava da passagem de usos rurais para usos urbanos, ou de reinserção produtiva ou renovação urbana, quando os usos de solo anteriores já não eram rurais, ainda que os urbanos fossem pouco densos.

O que teríamos, no período atual, é uma passagem mais rápida de uma situação à outra, tanto porque as condições de circulação (transportes e comunicações) assim o possibilitam, como e, sobretudo, os interesses relativos à produção capitalista do espaço urbano beneficiam-se e rapidamente se aproveitam dessas novas possibilidades técnicas. Isso significa que um maior número de pessoas e de diferentes níveis de poder aquisitivo podem se afastar, quando esta é a opção deles, ou têm que se afastar da “cidade contínua” quando isso lhes é imposto na nova divisão social do espaço, realizando cotidianamente deslocamentos maiores.

A expressão “cidade contínua” é adotada para fazer referência ao espaço urbano produzido, a partir de lógicas segundo as quais a expansão territorial urbana se fazia, predominantemente, pela justaposição de novas áreas loteadas ao tecido urbano já constituído, gerando uma forma urbana mais definida e uma morfologia urbana mais integrada. O advérbio ‘predominantemente’ aqui utilizado faz toda diferença para destacar que o reconhecimento da “cidade contínua” não implica em afirmar que o tecido urbano era exclusivamente contínuo, já que desde a Antiguidade, havia espaços em descontínuo à cidade que se caracterizavam por ter algum nível de articulação à vida urbana.

Pode-se encontrar similitude entre a expressão cidade contínua e a adotada por Portas (2007, p. 51, grifo nosso):

O que chamei de paradigma da cidade herdada, descrevia os elementos do longo período (da intensificação industrial) de informação da cultura e da sociedade urbana em estudos bem conhecidos: a morfo-tipologia dos centros históricos que Rossi e Aymonino, socorrendo-se da geografia francesa, introduziram na formação acadêmica dos arquitetos: a dicotomia centro-periferia e a cultura dos limites.

<sup>8</sup> O leitor interessado no conhecimento desses conceitos poderá ter acesso à excelente síntese da história desses conceitos e de outros que interessam à compreensão dos processos de constituição de franjas urbanas nos depoimentos de Langenbuch (2001) e Martins (2001).

Em contraposição, o destaque dado, no período atual, à descontinuidade do tecido urbano justifica-se, porque essa é a lógica de expansão territorial urbana que tem prevalecido nas últimas décadas<sup>9</sup>.

O contexto que favorece a aceleração das mudanças, promovida pelos interesses fundiários, imobiliários e financeiros, gera o que poderíamos caracterizar, numa primeira aproximação, como a substituição da situação de transição por uma situação de transitoriedade, porque o ritmo de imposição das formas de parcelamento e uso da terra urbanas sobre as formas de parcelamento e uso da terra rurais não apenas são intensos, como se antecipam e planejam as novas formas de assentamento que ocorrerão, no sentido de que os incorporadores se adiantam às efetivas demandas solváveis que se apresentam disponíveis no mercado.

Assim, alteram o estatuto jurídico da terra, quando promovem incorporação regular, ou alteram apenas as formas de parcelamento da terra, quando implantam loteamentos irregulares, sem que efetivamente ou imediatamente possa haver alteração dos usos da terra, dando a elas o caráter de “vazios urbanos”<sup>10</sup>. O não uso subsequente ao parcelamento implica em provisoriidade, não do ponto de vista da propriedade, mas no da apropriação do espaço.

Quando se analisam os espaços constitutivos do entorno da “cidade contínua”, denotando a tendência à dispersão do tecido urbano, na Europa, por exemplo, há que se considerar três elementos, ao menos: – menor distância entre os núcleos urbanos; – maior presença de um patrimônio histórico, que inclui desde as formas de assentamento rural até as edificações de valor histórico e/ou arquitetônico; – maior preocupação com as condições ambientais de vida<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Font (2007, p. 72) reconhece a existência da cidade compacta e da dispersa, preocupando-se em não colocá-las em oposição e reconhecer que os processos que as geram estão intrinsecamente associados.

<sup>10</sup> Afirmando que: “A cidade expande seus limites, deixando, porém, no seu interior, quantidade de terrenos vazios”, Santos (1990, p. 25) trata dos “vazios urbanos” na cidade de São Paulo, sem chegar a dar conteúdo conceitual mais preciso à expressão. Alvarez (1994) em sua dissertação de mestrado adota a mesma expressão e a reserva para tratar de áreas urbanas não parceladas que se encontram nos interstícios do tecido urbano. O adjetivo “vazio” parece-me uma metáfora sugestiva, uma vez que, do ponto de vista urbano, esses espaços ainda não tem uso efetivo, bem como já não o tem, do ponto de vista rural. No entanto, face aos interesses fundiários e a práticas especulativas, eles permanecem aguardando o melhor momento para o parcelamento e lançamento no mercado imobiliário.

<sup>11</sup> Font (2007, p. 65) faz referência às preferências individuais num marco de individualismo crescente, à mobilidade oferecida pelo automóvel e à aspiração a habitar com a natureza, como causas da dispersão urbana.

Esses fatos induzem ao tratamento da expansão rápida dos tecidos urbanos, acompanhada de intensa aglomeração urbana, a partir da ideia de novos arranjos espaciais que incluem preocupação cultural, patrimonial e ambiental (AMBROSINO e ANDRES, 2008, p. 38).

No caso brasileiro, os arranjos não são os mesmos. As lógicas de expansão dos tecidos urbanos, marcadas pela constituição da descontinuidade territorial, no que se refere à “cidade contínua” responde, com grande intensidade, aos interesses dos proprietários de terras, dos incorporadores e dos corretores, sem que tenham peso importante as preocupações de natureza ambiental, patrimonial e cultural.

Observa-se produção de novos lotes e de construção de novos imóveis, sempre mais distantes da “cidade contínua”, em ritmos mais acentuados do que os observados na evolução do crescimento demográfico e na relativa à demanda solvável, gerando quatro movimentos, que se articulam entre si, atualmente: a) aumento do estoque de terras loteadas como urbanas, não ocupadas, já que a expansão territorial é maior que o crescimento demográfico; b) aumento dos preços dos imóveis, tanto porque a expansão territorial em descontínuo valoriza os imóveis, que estão relativamente mais próximos das áreas melhor equipadas das cidades, quanto pelo fato de que os novos imóveis agregam novos produtos e se tornam comparativamente “melhores”; c) imóveis de médio e alto padrão tendem a ser vendidos para pessoas que já eram proprietárias de imóveis, em função dessa diferença de “qualidade” oferecida e não mais, como ocorria anteriormente, quando eram adquiridos por quem não era proprietário ainda; d) ampliação do contingente de pessoas que estão fora das possibilidades de solucionar o problema habitacional no âmbito do mercado<sup>12</sup>.

Esses movimentos têm relação direta não apenas com os interesses fundiários e imobiliários que orientam as lógicas de produção do espaço urbano, mas também com mudanças na composição e distribuição espacial da população, tanto quanto nos perfis e hábitos de consumo da sociedade. Nos anos de 1960 e 1970, observamos altas taxas de urbanização, que expressavam crescimento

<sup>12</sup> Esses quatro movimentos são tendências e não estão, necessariamente, presentes em todas as cidades ao mesmo tempo e/ou com a mesma intensidade. Em grandes metrópoles, por exemplo, a tendência à ampliação do estoque de terras não se confirma e, em contrapartida, observa-se aumento do número de pessoas que não conseguem ter acesso à moradia, de forma adequada.

vegetativo elevado e passagem de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade.

Na década de 1970 a 1980, tomando este período como uma referência, a população brasileira cresceu à taxa de 2,48% ao ano, tendo a urbana se elevado ao ritmo de 4,44% ao ano, enquanto a rural conheceu decréscimo de 0,61%, no mesmo interregno. No período intercensitário de 1991 a 2000, a população total cresceu a um ritmo de 1,63% a.a., observando-se, no que se refere à urbana, a taxa de 2,44% a.a. e à rural de -1,30% a.a. (BAENINGER, 2003, p. 277).

O rápido crescimento da população urbana determinou, o que foi caracterizado como “*déficit* habitacional”, ou seja, resultante de um descompasso, sobretudo nas maiores cidades, de aumento da oferta de imóveis, para atender o crescimento da demanda. Sabemos que esse *déficit* decorre, de fato, da diferença entre o total da demanda por imóveis e o tamanho da demanda solvável, ou seja, aquela que é capaz de adquirir os imóveis nos preços que se encontram no mercado, precisando ou não de financiamentos subsidiados pelo Estado. Não fosse o patamar inferior da demanda solvável em relação ao total da demanda, com certeza, o setor imobiliário produziria um estoque maior para atender a ela.

Esses movimentos geram múltiplas combinações que são aproveitadas pelos agentes de produção do espaço urbano, conforme os contextos se constituem. Havendo uma retração do tamanho do mercado, relativa e comparativamente a período anterior, esses agentes procuram criar novas demandas, oferecendo imóveis aos quais se agregam novas qualidades de modo a poder atrair adquirentes que já são proprietários de outros imóveis, como já destaquei.

A lógica é, assim, a da sucessão de lançamentos imobiliários, de modo a gerar a substituição de um produto imobiliário pelo outro. A transitoriedade, a que me referi ao tratar das áreas em que há implantação de loteamentos, nos arrabaldes da cidade, realiza-se também na construção de imóveis de diferentes padrões com diferentes atributos em todo o espaço urbano.

## **EXTENSÃO E INTENSIDADE**

Aprender as múltiplas combinações entre quantidade e qualidade de fenômenos, dinâmicas e processos, tem me parecido essencial para compreender como as mudanças ocorrem em diferentes cidades.

Na secção anterior, tratei, sucintamente, das estratégias dos agentes de produção fundiária e imobiliária. Volto a eles, para destacar, agora, a natureza das

decisões e dos atos que eles realizam. Em décadas passadas, grande parte do espaço urbano decorria da soma de pequenas iniciativas individuais: pequenos empreiteiros, pequenas construtoras ou proprietários de lotes, cuidando de edificar seus imóveis. Essa produção agora se realiza em escalas mais amplas, tanto do ponto de vista econômico, porque houve concentração de capitais no setor, quanto do ponto de vista espacial, porque iniciativa privada e poder público atuam acentuando as diferenças socioespaciais e elaborando mega projetos que visam a produzir ou reabilitar parcelas mais significativas do espaço urbano.

A atuação baseada na elaboração de projetos de loteamentos ou edificações que compõem megaprojetos de intervenção urbana acentuam a tendência de produção do espaço urbano, segundo lógica de estruturação que articula, de modo paradoxal, vazios urbanos com áreas densamente edificadas e ocupadas. No caso destas últimas, observa-se essa tendência tanto na periferia mal dotada de meios de consumo coletivo (infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos), como, sobretudo, nas áreas em que os interesses de ampliar as rendas fundiárias e as taxas de lucro promovem a verticalização e/ou a ocupação intensiva, mesmo que horizontal.

Essas ações não podem ser mais analisadas do mesmo modo, tanto porque não se trata mais da somatória de múltiplas iniciativas individuais ou de pequenos grupos que se somam, articulam-se e se sobrepõem no decorrer do tempo; são, em muitos casos, ações de grupos e consórcios de maior peso político e econômico, que se organizam, de modo planejado, combinando e atendendo a interesses fundiários, industriais, imobiliários e financeiros, como têm demonstrado, em relação às metrópoles, a partir de vários pontos de vista, as pesquisas realizadas e orientadas por Ana Fani Alessandri Carlos, Odette Seabra, Amélia Damiani e Margarida Maria de Andrade<sup>13</sup>, da Universidade de São Paulo.

As novas combinações entre quantidade e qualidade precisam ser avaliadas para se compreender como novas lógicas entre extensão e intensidade se realizam.

Essa combinação, que chamei de paradoxal, entre extensão do tecido urbano, gerando descontinuidades territoriais e vazios urbanos, e adensamento de

---

<sup>13</sup> Na impossibilidade de fazer, neste momento, um levantamento exaustivo das referências bibliográficas, indico os nomes das pesquisadoras, cuja produção e orientação científica poderá ser acessada, pelo leitor interessado, em seus respectivos Currículos Lattes.

parcelas do espaço urbano não é recente, mas se amplia e passa a predominar sobre outras lógicas de produção do espaço urbano que com ela convivem, de modo contraditório e combinado.

Essa dinâmica, insisto, só pode ser entendida num contexto em que as taxas de crescimento da demanda solvável voltada ao consumo do primeiro imóvel, quando se trata do uso residencial do espaço urbano, não ocorre no mesmo ritmo das décadas de 1960 e 1970.

No entanto, outros fatores se agregaram. Do ponto de vista dos capitais que operam no setor da produção imobiliária, houve tendência à concentração econômica e, quando ela não ocorreu, consórcios e alianças entre empresas ou entre essas e o poder público geram capitais mais agressivos do ponto de vista das operações urbanas que vêm se realizando. Do ponto de vista da qualificação dos produtos imobiliários que vêm sendo colocados no mercado, além das novas características físicas dos imóveis (aumento do número de banheiros e de garagens, ou ampliação da área de lazer de empreendimentos imobiliários, por exemplo), há os novos valores associados aos ideais de segurança, melhor qualidade ambiental e de vida.

Tais dinâmicas sobrevalorizam o preço da terra urbana, quando a situação geográfica e a edificação que a ela se incorpora favorecem o efetivo acesso aos novos valores, reforçando-se a tendência à composição de um tecido urbano disperso.

O grande desafio é observar que essa tendência, ao se realizar em cidades de diferentes portes e diferentes importâncias do ponto de vista urbano, promovem alterações maiores ou menores nas formas de acesso à propriedade, pensando-se no plano econômico, e de direito à apropriação, no plano político e social, sem querer separar esses planos, inexoravelmente articulados entre si numa economia de mercado, em que não apenas parcelas do espaço, mas a própria cidade, como destacou Ana Fani Alessandri Carlos na conferência de abertura<sup>14</sup>, tornou-se mercadoria.

Nas cidades médias, por exemplo, os custos de extensão do tecido urbano são menores, tantos os socializados, relativos aos meios de consumo coletivo e aos custos sociais da urbanização, como os individuais, relativos aos desloca-

<sup>14</sup> Trata-se da conferência de abertura do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado em Brasília, no qual as ideias deste texto foram expostas.

mentos intraurbanos, preço da habitação e de outros bens e serviços urbanos. Assim, são menores os custos de se viver mais distante das áreas centrais ou da “cidade contínua”.

Desse ponto de vista, a combinação entre quantidade e qualidade das mudanças ocorridas e vividas nos espaços urbanos, dá-se de modo diferente, pelo menos em dois níveis.

Um primeiro refere-se à tendência à diferenciação socioespacial. Diferenciação, porque não me refiro apenas à quantidade, mas também à qualidade das mudanças, por isso não se trata apenas de desigualdades socioespaciais. Tal diferenciação inclui, nos pactos sociais que a engendram no período atual, os segmentos sociais de médio poder aquisitivo, nos mesmos espaços de vida e de consumo dos mais ricos, quando observamos espaços não metropolitanos, enquanto nas metrópoles, isso não é necessariamente verdadeiro.

Um segundo nível pode ser apreendido quando as diferenças, do ponto de vista da extensão e a intensidade das alterações, bem como de seus rebatimentos nas práticas socioespaciais, podem também ser sentidas na perspectiva da extensão dos tecidos urbanos, porque a relação entre o longe e o perto se estabelece de modo diverso quando uma aglomeração tem dez milhões de habitantes e uma cidade tem 200 mil habitantes.

Secchi (2007, p. 133) trata do longe e do perto, a partir de outra perspectiva que amplia a reflexão:

A passagem de cada forma da cidade a outra é assinalada pela mudança, inevitavelmente lenta e dificultosa, dada a inércia física da cidade, da idéia e da prática da justa distância: tanto métrica, quanto visual e simbólica; entre indivíduos, grupos, atividades, práticas, edifícios e lugares, entre mil dificuldades, alguma coisa de contínuo se afasta e se despede e outra se aproxima e se concentra, em uma perene oscilação de distâncias.

Os agentes de produção do espaço urbano ao promoverem a extensão do tecido urbano e a descontinuidade territorial agem relativizando as noções de perto e longe elaboradas numa dada formação socioespacial<sup>15</sup>, reformulando-

<sup>15</sup> A história urbana de cada formação socioespacial faz toda diferença na composição, no plano das representações sociais, do que é longe e do que é perto. Essa diferença acentua-se mais ainda, conforme a proporção da população que tem acesso ao transporte individual, bem como a qualidade do transporte coletivo tem seu papel. Assim, é fácil perceber as diferenças entre as noções de perto e longe elaboradas por um cidadão europeu, um norte-americano e um africano subsaariano, por exemplo.

as, sobretudo no plano subjetivo, mesmo que, no objetivo, as condições materiais de circulação (vias e meios de transporte individuais e coletivos) não tenham se alterado significativamente.

A análise das qualidades extenso e intenso, parece-me fundamental para não nos atermos à expressão quantitativa ou formal dos processos espaciais. Embora as formas espaciais, mais extensas, mais dispersas ou descontínuas territorialmente, assemelhem-se muito, entre si, quando comparamos cidades de diferentes portes, do ponto de vista dos seus conteúdos há distinções marcantes, em pelo menos dois planos:

O primeiro seria o da variedade ou multiplicidade de usos de solo que compõem as áreas de expansão do tecido urbano. Observa-se a composição da periferia ou de periferias, já que essa noção perdeu sua singularidade, à medida que se ampliam os interesses fundiários e imobiliários nas áreas mais afastadas. Quando a analisamos em metrópoles e grandes cidades, verificamos a presença, nesses espaços, de áreas residenciais fechadas (loteamentos ou condomínios), centros de eventos e negócios, *shopping centers*, incluso os temáticos, áreas industriais e centros de atividades (feiras, eventos, etc). Quando tratamos das áreas urbanas não metropolitanas, os usos são menos diversos, porque os residenciais não são os exclusivos, mas são os predominantes; outros usos como os relativos aos *shopping centers* e centros de atividades podem ocorrer em função do grau de centralidade interurbana maior ou menor que a cidade possa exercer.

O segundo plano seria o das escalas que a dispersão do tecido urbano exige que sejam consideradas, do ponto de vista teórico e metodológico. Esse aspecto é importante, tanto porque as distâncias resultantes da extensão do tecido urbano, na escala da cidade, distinguem-se conforme o porte delas, quanto porque seu nível de centralidade, na escala interurbana, promoverá maior ou menor articulação escalar. Se essa articulação for maior, a reformulação do local, à luz do que está mais distante, é mais intensa.

A abordagem escalar, na perspectiva geográfica e não estritamente cartográfica, tem se tornado, então, fundamental para as análises, uma vez que o movimento se torna, mais do que nunca, elemento estruturador do espaço, tendo em vista a tendência de formas urbanas cada vez mais espraiadas. Para Lévy (2005, p. 43, tradução nossa), “[...] é uma mudança total de escala, o crescimento da forma urbana exige um nível de intervenção mais ampla para

(re)analisar sua estrutura e (re)organizar sua coerência global”<sup>16</sup>. A relevância dessa abordagem é mais significativa, porque a ampliação dos tecidos urbanos nos possibilita reconhecer deslocamentos cotidianos, como sempre se verificou nas cidades, combinados com deslocamentos que são frequentes e de natureza urbana, sem que ocorram diariamente, o que nos leva ao tema que trato na seção seguinte.

## **MOBILIDADE E IMOBILIDADE NA CIDADE**

Os níveis de mobilidade dos cidadãos variam, segundo a posição relativa de suas residências na cidade, tomando-se como referência as localizações de outras atividades que eles efetuam para se realizarem socialmente. Além disso, a mobilidade varia segundo a capacidade dos cidadãos de se deslocarem no espaço, que implica em sua situação socioeconômica, seus meios de transporte e seu tempo disponível na jornada diária ou semanal. Trata-se de uma divisão social e econômica do espaço, que só pode ser compreendida na sua relação com a divisão social do trabalho. Não se resume, assim, a um quadro de determinações socioeconômicas, mas só pode ser compreendida no plano socioespacial.

A partir dessa perspectiva, esses aspectos não podem ser considerados, apenas no plano individual, mas precisam ser observados no plano coletivo, inclusive porque o direito à cidade não depende somente dos meios de consumo individual, mas em muito dos meios de consumo coletivo. Assim, por exemplo, não basta ter recursos para adquirir um automóvel, mas é preciso ter sistema viário compatível com a demanda gerada pela circulação dos veículos. Do mesmo modo, não é suficiente ter capacidade econômica para adquirir ou locar imóvel de alto padrão, porque a qualidade de vida ou o *status* social que ele propiciará depende, em muito, de sua situação geográfica e, portanto, da acessibilidade que dada localização oferece ao conjunto das infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos.

A extensão da cidade, desse ponto de vista, coloca problemáticas diferentes, quando se comparam, metrópoles em diferentes formações socioespaciais, bem como quando se cotejam as condições de vida urbana em cidades de diferentes importâncias e tamanhos na mesma formação socioespacial.

---

<sup>16</sup> “...c’est un changement total d’échelle, la croissance de la forme urbaine exigeant un niveau d’intervention plus large pour (re)traiter sa structure et (re)organiser sa cohérence globale”.

No caso brasileiro, a hipervalorização do transporte automotivo individual, reforçada pela insuficiência dos transportes coletivos, gera uma circulação ineficaz, inclusive porque o sistema viário não comporta o volume de tráfego efetivo.

Evidentemente, isso não tem rebatimentos de mesma intensidade para todas as classes sociais e o espraiamento da cidade amplia as desigualdades, quando se trata da relação entre mobilidade e imobilidade, ou melhor, dos diferentes graus de mobilidade, quantidade e qualidade dos deslocamentos, bem como da possibilidade maior ou menor de mobilidade, porque a imobilidade absoluta só ocorre em situações limite.

Vasconcellos (2000, p. 43 e segs.) faz referência à “iniquidade de acessibilidade”, chamando atenção para o fato de que o uso efetivo do espaço destinado à circulação urbana é marcado por diferenças extremas entre as classes e os grupos sociais, detalhando a análise e destacando múltiplas iniquidades: – a do tempo de acesso, – a da velocidade, – a do conforto, – a da confiabilidade, – a do uso do espaço e – a ambiental.

Assim, o espraiamento da cidade exige maior mobilidade urbana<sup>17</sup> e vem acrescentar, de um lado, as facilidades e, de outro, as dificuldades para os deslocamentos interurbanos de menor escala, que podem se efetuar no âmbito de aglomerações metropolitanas ou não metropolitanas, ou em espaços metropolitanos, como conceituados por Ascher (1995), para ampliar ainda mais a escala desses deslocamentos.

Se, para alguns, é mais difícil se deslocar, ou se esses deslocamentos deixam não apenas de ser cotidianos, mas também frequentes, temos qualidades essenciais da cidade também se alterando, a partir dessas novas formas urbanas, porque o conteúdo do que é público e do que é central se transforma e, em certa medida, modificam-se os níveis de constituição e determinação da cidade e do urbano.

Essa perspectiva combina-se com a anterior, porque:

[...] o valor dos espaços urbanos não se reduz ao que eles oferecem em termos de concentração, centralidade e densidade. Para apreender sua complexidade, é preciso, ao contrário, compreender a cidade como um conjunto de lugares

<sup>17</sup> Tenho procurado evitar o uso do adjetivo intraurbano para fazer referência a dinâmicas ou processos ocorridos no espaço urbano, em função da interpenetração entre espaços urbanos e rurais, da dispersão dos tecidos urbanos e dos complexos processos de aglomeração urbana, sem necessária continuidade territorial, fatos esses que impedem o reconhecimento claro do que seria o intraurbano.

dotados de sentido procurando unidade numa integração que escapa ao que é somente econômico. Esta integração articula espaços e temporalidades, a partir dos quais as formas encontram sua pertinência nas trajetórias e tensões entre o móvel e o imóvel (PELLEGRINO, 2005, p. 16, tradução nossa).<sup>18</sup>

À medida que a cidade se torna mais extensa, os graus maiores ou menores de mobilidade geram redefinição dos conteúdos do que é central, bem como do que é público e do que é privado, porque:

As recomposições da organização urbana e as mudanças dos componentes da estrutura espacial contemporânea têm impactos sobre a forma das práticas urbanas. [...] Quando a acumulação do produto dos fluxos ultrapassa sua capacidade de absorção, os dispositivos espaciais são submetidos a mudanças que demandam redistribuições e recomposições de espaços públicos e privados. As consequências e as mudanças da estrutura sobre a imagem a diferenciação e da distribuição social, sobre as figuras da proximidade e da densidade das relações urbanas, modificam o sentido e a orientação das trocas na organização urbana, as formas de encontro e de ‘evitamento’ dos ‘atores’ sociais (PELEGRINO, 2005, p. 20-21)<sup>19</sup>.

Não se trata, aqui, simplesmente de mudanças, mas de transformações que são agravadas, no caso brasileiro, pela falta de legislação (porque ela não existe ou porque ela não é fiscalizada ou legitimada), quando estamos estudando espaços que estão aquém ou além do perímetro urbano. Fazemos referência tanto à explosão dos loteamentos fechados que gozam socialmente dos privilégios de áreas condominiais, como da proliferação de formas de assentamento urbano, de diferentes padrões, em terras que são juridicamente rurais.

Em ambos os casos o preceito federal de definição de terras públicas em processos de parcelamento urbano não é respeitado.

<sup>18</sup> “... la valeur des espaces urbains me se réduit pas à ce qui’ils offrent dans leur force de concentration, de centralité et de densité. Pour la saisir dans sa complexité, il faut au contraire comprendre le ville comme un ensemble de lieux dotés de sens trouvent leur unité dans une intégration qui échappe aux seuls modèles économiques. Cette intégration articule des espaces et des temporalités dont les formes trouvent leur pertinence dans des trajectoires et des tensions entre le mobile et l’immobile”.

<sup>19</sup> “Les recompositions de l’organisation urbaine et les déplacements des composants de la structure spatiale contemporaine ont des impacts sur la forme des pratiques de la ville. [...] Lorsque l’accumulation du produit des flux dépasse leur capacité d’absorption les dispositifs spatiaux sont soumis à des mutations qui demandent des redistributions et recompositions des espaces publics et privés. Les conséquences de ces changements de structure sur l’image de la différenciation sociale, sur les figures de la proximité et de la densité des relations urbaines, modifient le sens et l’orientation des échanges dans l’organisation urbaine, les formes de la rencontre et de l’évitement des acteurs sociaux”.

O que há de novo? A conformação de espaços de uso coletivo, cujo caráter público não se realiza. A constituição de centralidades para diferentes segmentos sociais o que nos possibilita ir além da ideia de multicentralidade para falar da policentralidade, não apenas no sentido dado por Lefebvre (1999), mas mesmo num sentido mais restrito que se refere à escala da cidade.

## **DESCONTINUIDADES DA CIDADE, DESCONTINUIDADES URBANAS**

A prevalência da constituição de tecidos urbanos descontínuos pode ser avaliada como uma ruptura no longo processo de urbanização uma vez, que desde a Antiguidade, as cidades caracterizavam-se por nível considerável de unidade espacial, como já venho destacando. Aceitando-se essa tese, teríamos um antes e um depois, reconhecendo a urbanização que se delineou até meados da segunda metade do século XX e a que tem se caracterizado pelas mudanças recentes nas formas de assentamento, observadas nos últimos 30 anos, sobretudo, em países ocidentais (SPOSITO, 2009).

Também procurei mostrar que a extensão do tecido urbano e seu espraio, analisado pelo seu caráter de dispersão, difusão ou descontinuidade territorial, coloca em debate a distinção que se podia estabelecer de modo mais claro entre o que se considera campo e o que se considera cidade.

Quando tratamos da cidade e do campo, a dimensão topológica das mudanças se sobreleva, diferentemente de quando nos referimos ao urbano e ao rural. Para Font (2007, p. 63, grifo do autor), a dispersão é “[...] um conceito de natureza topológica, diz respeito às relações das distâncias entre as coisas, mais do que um fenômeno de difusão”, razão pela qual a urbanização contemporânea, interpela-nos, como pesquisadores, sobre como reconhecer os limites entre a cidade e o campo, no período atual, em que a dispersão dos tecidos urbanos torna pouco reconhecível a distinção entre esses dois espaços que, do ponto de vista dos papéis que desempenham e dos níveis de densidade ocupacional, historicamente, são diferentes entre si.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, desde a fase da acumulação primitiva, vem promovendo a intensificação das relações entre o urbano e o rural, acompanhada, no período contemporâneo, por articulações mais avançadas entre essas duas dimensões de realização da vida social, porque é notável a interpenetração entre papéis e espaços urbanos e rurais. Isso significa

que há ampliação dos valores, práticas e formas de uso do tempo relacionadas ao espaço urbano, sobre a vida e os valores, até então, reconhecidos como rurais. O movimento oposto, ainda que não prevalente, também pode ser notado, ou seja, também há valores e práticas rurais que se expressam no espaço urbano, ainda que cenarizados e intermediados pelos interesses de mercado.

Tomando-se a perspectiva dos papéis, dos valores e das práticas socioespaciais, o conceito de urbanização difusa parece-me mais adequado, como a afirmação já transcrita de Font sugere. Ele nos possibilita analisar a atual divisão social e territorial do trabalho, mais especializadas e segmentadas, tanto quanto menos claras e mais articuladas entre si. Tais articulações, torno a frisar, estabelecem-se em múltiplas escalas o que torna o processo mais complexo.

Também tentei ressaltar a interpenetração paisagística entre espaços urbanos e espaços rurais, ou nossa dificuldade de distinguir, como paisagens diversas, a cidade e o campo. Esses fatos expressam mudanças significativas no conteúdo do que se poderia denominar de espaços periurbanos ou franjas urbanas.

Não temos mais a lenta transformação de usos de solo e paisagens rurais, para usos de solo e paisagens urbanas que caracterizou a expansão territorial das cidades europeias, por exemplo, no decorrer da passagem do modo feudal para o modo capitalista de produção. Tampouco, trata-se do mesmo conjunto de dinâmicas que orientou os processos de suburbanização na América Anglo-Saxônica, de modo mais intenso no século XX, ou mesmo não estamos diante da fenomenal expansão dos tecidos urbanos observada nas cidades latinoamericanas, a partir de suas dinâmicas de periferização, sobretudo na segunda metade do século XX.

O que estaria em torno dos arrebaldes da cidade é difícil de ser caracterizado, a partir de elementos que comporiam alguma totalidade no plano do pensamento, como a “cidade contínua” poderia nos permitir reconhecer.

Duas qualidades essenciais da cidade, a partir desse recorte, alteram-se: a concentração e a unidade espacial, uma vez que a descontinuidade dos tecidos urbanos compõe novas formas espaciais que redefinem as relações entre extensão e intensidade, gerando níveis de densidade não apenas menores, tomando-se a escala da cidade, mas diversos, tomando-se seus microespaços. Qualifica-se e quantifica-se, assim, a descontinuidade da cidade.

Quando esse ponto emergiu como importante para a análise que estou apresentando, a distinção feita por Secchi (2007, p.117) pareceu-me ainda mais significativa:

Multiplicidade e unidade não são porém termos sinônimos de concentração e dispersão. Estes dois últimos situam-se em um nível mais próximo da experiência comum e cotidiana e talvez por esse motivo constróem, ao longo de todo o século [referindo-se ao século XX)] uma forte oposição.

Evidentemente que, se comparamos o espaço urbano aos espaços rurais, mesmo incluindo no primeiro bloco os perirurbanos, a diferença entre concentração e extensão ainda é marcante, mas se comparamos as cidades atuais com elas mesmas, no decorrer do tempo, ou as metrópoles de hoje com as metrópoles do começo do século XX, as descontinuidades temporais nos possibilitam tratar as descontinuidades urbanas, porque a longa duração nos favorece compreender o escopo dessas transformações. Elas são, no geral, mais difíceis de serem percebidas, porque nos exigem, de um lado, trabalhar no plano da abstração e chegar à conceituação<sup>20</sup> e, de outro, requerem certo distanciamento no tempo, que a experiência de uma vida não alcança, razão pela qual, no caso da descontinuidade urbana, inicia-se a análise no plano da abstração, para chegar à conceituação, sem ter a oportunidade de conhecer, no plano empírico, o objeto sobre o qual nos debruçamos.

Para fechar esse texto sem, contudo, concluir a análise e o debate, reforço a importância de tratar articuladamente espaço e tempo, ainda que reconheça que as descontinuidades da cidade sejam mais atinentes ao espaço e as descontinuidades urbanas exijam a perspectiva temporal para serem desenvolvidas, no plano da análise. Dando relevância ao tempo e não apenas às formas urbanas, para perceber as mudanças urbanas mais recentes, Secchi (2007, p. 118) ressalta: “O que está acontecendo é a emergência do cotidiano, da dimensão corporal e temporal da cidade...”. O autor dá destaque à tendência ao individualismo como uma das chaves explicativas dessas transformações.

Elas são tanto maiores, quanto nos voltamos a perceber que a unidade espacial e a concentração prejudicadas pela descontinuidade da cidade (plano objetivo e material) dificultam uma apreensão e representação social de totalidade, que só reforça, no plano subjetivo, a descontinuidade urbana, porque os sentimentos de pertencimento espacial e responsabilidade pública sobre o espaço urbano fragmentam-se, à medida que o espraiamento da cidade produz essa nova divisão social do espaço.

<sup>20</sup> Tratar das descontinuidades da cidade também nos apresenta esse desafio, mas perceber as descontinuidades da cidade, ou seja, as descontinuidades do tecido urbano é algo mais simples, do que perceber as descontinuidades urbanas, razão pela qual se faz necessário esse destaque.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALVAREZ, Ricardo. *Os vazios urbanos e o processo de produção da cidade*. 1994. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AMBROSINO, Charles, ANDRES, Laurent. Fiches em ville: du temps de veille aux politiques de l'espace. *Espaces et sociétés*. Paris, n.134, 2008. p. 37-51.
- AMENDOLA, Giandomenico. *La ciudad postmoderna*. Madri: Ediciones Celeste, 2000.
- ASCHER, François. *Metápolis*. Paris: Odile Jacob, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Paris: Éditions de l'Aube, 2001.
- \_\_\_\_\_. *La société hypermoderne*. Paris: Éditions de l'Aube, 2005.
- BAENINGER, Rosana. “Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes”. In: GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos Antônio, GALVÃO, Antônio Carlos (org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 272-288.
- BAUER, Gerard, ROUX, Jean Michel. *La rururbanisation ou la ville éparpillée*. Paris: Seuil. 1976.
- CASTELLS, Manuel. *The informational city: informations technology, economic, restructuring and urban-regional process*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. HALL, Peter. *Les tecnópolis del mundo*. La formación de los complejos industriales del siglo XXI. Madri: Alianza Editorial, 1994.
- CHARRIER, Jean-Bernard. *Citadins et ruraux*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1970.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: Monclús, Francisco Javier. (ed.), *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998, disponível em <http://www.etsav.upc.es/personals/monclus/cursos2002/dematteis.htm>, acesso em 01/07/2003.
- DOMINGUES, Álvaro (coord.). *Cidade e democracia*. 30 anos de transformação urbana em Portugal. Lisboa: Argu-mentum, 2006. p. 337-347.
- \_\_\_\_\_. “Urbanização difusa em Portugal”. In: REIS Filho, Nestor Goulart (org.). *Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007. p. 215-243.
- FONT, Antonio. Dispersão e difusão na região metropolitana de Barcelona. In: REIS Filho, Nestor Goulart (org.). *Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007. p. 61-73.
- GAMA, António. Urbanização difusa e territorialidade local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Girona, n. 34, p. 161-172, fev. 1992.
- GARREAU, Joel. *Edge city: Life on the new frontier*. Nova York: Doubleday, 1991.
- GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993 [1985].
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2002 [1988].

- INDOVINA, Francesco. La città diffusa. Che cos'è e come si governa. *Lettura 6.1* (Position Paper), Veneza, p. 124-131, 1997.
- LANGENBUCH, Juergen R. Depoimento. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, ano XVII, n. 42, p. 85-91, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LÉVY, Albert. Formes urbaines et significations: revisiter la morphologie urbaine. In : *Espaces et Sociétés*. Paris, n. 122, p. 25-48, 2005.
- MARTINS, José de Souza. Depoimento. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, ano XVII, n. 42, p. 75-84, 2001.
- MONCLÚS, Francisco Javier. “Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas”. In: MONCLÚS, Francisco Javier (org.) *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998. p. 143-167.
- \_\_\_\_\_. Ciudad dispersa y ciudad compacta. Perspectivas urbanísticas sobre las ciudades mediterráneas. *D'Humanitats*, Girona, n. 7, p. 95-110, 1999.
- PELEGRINO, Pierre. Éditorial. *Espaces et Sociétés*. Paris, n. 122, p. 15-24, 2005.
- PORTAS, Nuno. “Uma história, algumas hipóteses de trabalho e reflexão”. In: REIS Filho, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta (org.). *Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007. p. 49-58.
- REIS Filho, Nestor Goulart. *Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Sobre a dispersão urbana em São Paulo”. In: REIS Filho, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta (org.). *Dispersão urbana. Diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: FAU/USP, 2007. p. 35-47.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Sobre a dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009.
- REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (org.). *Brasil: estudos sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Vida nas cidades: expectativas urbanas*. Rio de Janeiro, Record: 1996.
- SECCHI, Bernardo. *La città del ventesimo secolo*. Roma: Laterza, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Cidade contemporânea e seu projeto”. In: REIS Filho, Nestor Goulart (org.). *Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007. p. 111-139.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCOTT, Allen, AGNEW, John, SOJA, Edward, STOPER, Michael. Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 17, n. 41, p. 11-25, 2001.
- SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. “A questão cidade – campo: perspectivas a partir da cidade”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

\_\_\_\_\_. “Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana”. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

\_\_\_\_\_. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas In: REIS, Nestor Goulart (org.). *Sobre a dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009. p. 35-54.

SOJA, Edward W. Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales. *CADERNOS IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 9-44, ago./dez., 2006.

\_\_\_\_\_. *Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008 [2000].

VASCONCELLOS, Eduardo. *Transporte urbano nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Anna-blume, 2000.

VIALA, Laurent. Contre le déterminisme de la forme urbaine: une approche totale de la ‘forme da la ville’. In : *Espaces et sociétés*. Paris, n. 122, p. 99-114, 2005.

Recebido em: 15/03/2010

Aceito em: 10/05/2010